

PROCESSO Nº: 33910.002805/2023-89

NOTA TÉCNICA Nº 1/2023/COINT/GEPJI/GGOFI/DIRAD-DIFIS/DIFIS

Interessado: COORDENADORIA DE INTERVENÇÃO

1. ASSUNTO

1.1. Visa a Nota em apreço ao detalhamento dos critérios a serem utilizados na seleção das Operadoras e Administradoras que comporão o Plano Semestral de Intervenção Fiscalizatória a ser executado no 15º Ciclo de Fiscalização, no período de 15 de fevereiro de 2023 a 14 de agosto de 2023, conforme determina o art. 49 da Resolução Normativa – RN nº 483, de 29 de março de 2022, nos termos do art. 55 da Instrução Normativa – IN ANS nº 1, de 30 de março de 2022.

2. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS OPERADORAS

2.1. Em atendimento ao art. 55 da IN ANS nº 1/2022, a seleção das operadoras que comporão o Plano Semestral de Intervenção Fiscalizatória a ser executado no 15º Ciclo de Fiscalização, será feito com base no *caput* do mesmo artigo *in verbis*:

Art. 55. Os critérios a serem adotados na elaboração da Nota Técnica prevista no inciso I do art. 54 considerarão o resultado obtido na segunda leitura do Indicador de Fiscalização previsto no § 2º do art. 48 desta norma.

2.2. Dessa forma, serão selecionadas as operadoras classificadas na Faixa 4 da 2ª Leitura do Indicador de Fiscalização referente ao 14º Ciclo de Fiscalização, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 48º da IN ANS nº 1/2022.

2.3. A seleção das operadoras se dará em ordem decrescente de posicionamento na Faixa 4, de acordo com o resultado obtido no cálculo do Indicador de Fiscalização.

2.4. Caso o número de operadoras classificadas na Faixa 4 seja inferior à capacidade operacional definida para o Plano Semestral do 15º Ciclo de Fiscalização, conforme o quantitativo de fiscais disponíveis para o exercício das ações da Intervenção Fiscalizatória, serão selecionadas, em ordem decrescente, as operadoras classificadas na Faixa 3 da mesma leitura do Indicador.

2.5. Frise-se que, de acordo com a Ficha Técnica do Indicador de Fiscalização, o número de beneficiários será utilizado como critério de seleção, em vista da observação de que mais de 95% (noventa e cinco por cento) das reclamações são registradas em face das operadoras de médio e grande portes, o que demanda maior esforço fiscalizatório desta Diretoria.

2.6. Assim, apenas as Operadoras de médio e grande porte serão avaliadas pelo Indicador de Fiscalização, para classificação nas faixas de desempenho.

2.7. Cumpre esclarecer que a exclusão das operadoras de pequeno porte mostra-se adequada, uma vez que a Administração Pública deve optar, em razão dos recursos limitados de que dispõe, inclusive humanos, por outras medidas, igualmente eficazes, que os otimizem e levem ao atingimento precípua do interesse público.

2.8. Desta feita, embora as Operadoras de pequeno porte mereçam atenção, não se afigura

acertado o emprego de todo o esforço pertinente às atividades da Intervenção Fiscalizatória, com vistas ao atingimento de um número pequeno de beneficiários.

2.9. Ressalte-se, contudo, a possibilidade da adoção de outras medidas regulatórias capazes de coibir práticas infrativas ou solucionar os problemas assistenciais constatados, que se mostrem mais adequadas, inclusive, em concomitância com as ações da Intervenção Fiscalizatória, conforme expressamente disposto no art. 50 da RN nº 483/2022.

3. DAS ADMINISTRADORAS DE BENEFÍCIOS

3.1. As Administradoras de Benefícios que firmaram e deram cumprimento ao Termo de Compromisso previsto no Parágrafo Único do art. 49 da IN ANS nº 1/2022, com o encaminhamento tempestivo das informações sobre o número de vidas administradas para a 2ª leitura do Indicador de Fiscalização, terão o seu desempenho avaliado de acordo com a classificação, em ordem decrescente, nas faixas do Indicador de Fiscalização, e serão selecionadas de acordo com o critério estabelecido no item 2, que observa o Anexo da IN ANS nº 1/2022.

3.2. As administradoras de benefícios que não firmarem, ou descumprirem as disposições do Termo de Compromisso celebrado, serão classificadas em lista própria, que levará em consideração apenas o número absoluto de demandas registradas no Ciclo avaliativo, nos termos do Parágrafo Único do art. 50 da IN DIFIS nº 1/2022.

3.3. As Administradoras de Benefícios descritas no parágrafo anterior serão classificadas por ordem decrescente, de acordo com o número absoluto de demandas, e selecionadas em número que considere a capacidade operacional da Diretoria de Fiscalização para a realização das ações da Intervenção Fiscalizatória no 15º Ciclo de Fiscalização.

4. DAS EXCLUSÕES

4.1. Não serão objeto de seleção para as ações de Intervenção Fiscalizatória do 15º Ciclo de Fiscalização, as Operadoras e Administradoras de Benefícios que, à época da elaboração da Nota Técnica de Seleção das Operadoras, se enquadrem nas hipóteses previstas no Parágrafo Único do art. 56 da IN ANS nº 1/2022, conforme as informações prestadas pelas Diretorias competentes:

- I - Estejam em processo de cancelamento compulsório de registro ou da autorização de funcionamento;
- II - Tenham sido objeto de decretação de transferência compulsória da carteira;
- III - Não apresentem beneficiários no período de avaliação;
- IV - Estejam sofrendo, ou na iminência de sofrer, qualquer outra medida que implique necessariamente em sua saída do mercado de saúde suplementar;
- V - Estejam em regime de Direção Técnica.

5. DA FORMA DAS DILIGÊNCIAS

5.1. Em atendimento às disposições do art. 59 e seguintes da IN ANS nº 1/2022, as diligências nas operadoras selecionadas poderão ser realizadas de forma *in loco*, remota ou híbrida, a ser definida a partir da verificação de circunstâncias fáticas que indiquem um ou outro modo de atuação da fiscalização.

5.2. A Coordenadoria responsável pela execução do Programa de Intervenção Fiscalizatória realizará as articulações necessárias junto às operadoras para a definição do modo e a operacionalização das diligências por qualquer das formas mencionadas.

6. CONCLUSÃO

6.1. Diante do exposto, conclui-se que o Plano Semestral a ser executado no 15º Ciclo de Fiscalização, no período de 15 de fevereiro a 14 de agosto de 2023, será composto das operadoras e administradoras de benefícios selecionadas de acordo com resultado do Indicador de Fiscalização e da lista própria do número absoluto de demandas relativas às administradoras de benefícios que não firmaram ou descumpriram o Termo de Compromisso para informação do número de vidas administradas, em conformidade com a capacidade operacional definida pela Diretoria de Fiscalização para o Ciclo.

6.2. Além dos critérios expostos, outras operadoras poderão ser acrescentadas ao Plano Semestral mediante justificativa aprovada pela Diretoria de Fiscalização, em razão de fatos e eventos relevantes que possam comprometer o adequado funcionamento do mercado de Saúde Suplementar, na forma do art. 49, Parágrafo Único, da RN nº 483/2022.

À consideração superior.

Deise do Nascimento

Coordenadora de Intervenção
COINT/GEPJI/GGOFI/DIRAD/DIFIS

De acordo.

À Gerência-Geral de Operações Fiscalizatórias, para apreciação.

Alexandra Cerqueira Campos

Gerente de Processos Sancionadores, Julgamento e Intervenção
GEPJI/GGOFI/DIRAD/DIFIS

De acordo.

À Diretora de Fiscalização, para aprovação.

Maria Thereza Carolina de Souza Gouveia

Gerente Geral de Operações Fiscalizatórias
Diretora-Adjunta de Fiscalização Substituta
GGOFI/DIRAD/DIFIS

APROVAÇÃO

Nos termos dos art. 49 da Resolução Normativa – RN nº 483, de 29 de março de 2022, c/c o art. 12 da Instrução Normativa – IN ANS nº 1, de 30 de março de 2022, acolho a presente Nota Técnica com os Critérios para a Seleção das operadoras a serem fiscalizadas no Plano Semestral de Intervenção Fiscalizatória a ser executado no 15º Ciclo de Fiscalização, no período de 15 de fevereiro

a 14 de agosto de 2023.

Eliane Aparecida de Castro Medeiros
Diretora de Fiscalização

OBS.: Atenção - Antes de assinar verifique se possui autoridade no Regimento interno da ANS para assinar este tipo de documento.



Documento assinado eletronicamente por **DEISE DO NASCIMENTO, Coordenador(a) de Intervenção**, em 02/02/2023, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Cerqueira Campos, Gerente de Processos Sancionadores, Julgamento e Intervenção**, em 02/02/2023, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Thereza Carolina De Souza Gouveia, Diretor(a)-Adjunto(a) da DIFIS (substituto)**, em 02/02/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Aparecida de Castro Medeiros, Diretor(a) de Fiscalização**, em 02/02/2023, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **25981721** e o código CRC **8E7D4D41**.

Referência: Processo nº 33910.002805/2023-89

SEI nº 25981721